

Cahora Bassa

Normalização do fornecimento de energia passa pelo fim da luta armada

Uma comissão formada por representantes de Moçambique, de Portugal e da República da África do Sul foi constituída com o objectivo de criar condições para que fique operacional a linha de transporte de energia entre o Songo e a África do Sul

Matos Veiga

UTILIZAR a energia eléctrica, possível de produzir no próprio país, em vez do recurso a outros combustíveis, é meta a que o governo moçambicano pretende chegar, procurando, para o efeito, melhorar as estruturas de que dispõe, entre as quais assume particular importância, o complexo de Cahora Bassa.

Aproveitando uma breve passagem, por Lisboa, do engenheiro Alfredo Caseiro Rocha, director de engenharia de Centrais da Electricidade de Moçambique, procurámos, em breve diálogo, obter pormenores sobre o que efectivamente se passa, naquele país, em termos de funcionamento de energia eléctrica.

P. — Mantêm-se os objectivos que presidiram à construção do complexo de Cahora Bassa?

R. — É sabido que o complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa foi construído (pelos portugueses) com o objectivo de fornecer energia barata à África do Sul. Depois da independência de Moçambique foi construída uma linha de transporte de energia, da África do Sul para Maputo.

P. — Entretanto, além dessa, foram ainda cons-

truídas outras...

R. — Efectivamente, também após a independência, foi construída a chamada «linha Centro-Norte» de transporte de energia, de Cahora Bassa para o Centro e Norte de Moçambique, mais propriamente, Quelimane e Nampula, bem como outra, igualmente de transporte de energia, entre Nampula e Nacala.

P. — Que razões levaram à construção dessas linhas?

R. — Os objectivos, claro, eram a utilização de energia hidroeléctrica, existente no interior do país, em vez de recorrer a combustíveis fósseis, líquidos, sólidos ou gasosos, para produção de energia eléctrica, tanto mais que a energia produzida por estes meios é significativamente mais cara que a proporcionada por meios hídricos. Paralelamente, não são de desprezar as vantagens da utilização de energia renovável, não poluente.

P. — Verificou-se, portanto, mudança em relação aos objectivos iniciais...

R. — Efectivamente, Moçambique pretendeu beneficiar de infra-estruturas existentes à data da independência, para o estabelecimento de uma rede eléctrica nacional, inexistente, àquela data, no nosso país.

P. — Contudo, têm sido grandes as dificuldades em abastecer o país, de energia, designadamente a capital. Como têm sido ultrapassadas as contrariedades?

R. — Em relação a Maputo, o maior centro de consumo de energia do país, pre-

tende-se que ali seja consumida, por razões evidentes, a energia produzida por Cahora Bassa. Contudo, ela só chega a Maputo, através da África do Sul, beneficiando Moçambique de uma tarifa especial, quando a linha de transporte, entre o Songo e a África do Sul, está em funcionamento porque quando se encontra inoperativa, o país paga a energia que recebe, da África do Sul, a preço bastante mais elevado, praticamente como se fosse um consumidor sul-africano. Mas, é claro, mesmo recebendo energia através de

linhas de transporte do Songo, há que manter operacionais centros de produção — queimando combustíveis fósseis, sólidos ou líquidos. São as chamadas «centrais de apoio» que operam em caso de indisponibilidade das referidas linhas de transporte do Songo.

P. — É relativamente ao centro do país?

R. — A zona Centro — Sofala e Manica — é directamente abastecida pelo sistema hidroeléctrico Chicamba-Mavuzi, o qual está em fase final de ligação ao sistema Centro-Norte. Como disse, o nosso objectivo é a utilização de fontes renováveis, não poluentes, para produção de energia eléctrica nacional, a partir de infra-estruturas existentes no país...

P. — ... algumas das quais estarão inoperáveis, segundo consta...

R. — Algumas centenas de torres da linha aérea de transporte de energia do Songo para a África do Sul estão danificadas, desde os princípios da década de 80, motivo por que, de facto, ela

não opera.

P. — Estão, ou foram já tomadas, medidas para recuperar o que se encontra inoperante?

R. — Existe uma comissão mista constituída por representantes de Moçambique, de Portugal e da África do Sul, com o objectivo de criar condições para que a linha de transporte entre em operação, o mais rapidamente possível, com os correspondentes benefícios, não só para os países mencionados, como também para outros da região. Mas isto passa, naturalmente, pelo fim da acção armada, no interior do país.